

A AGENDA DE GÊNERO

Redefinindo a Igualdade

Condensado da obra de Dale O'Leary

“The Gender Agenda”

*1997, Vital Issues Press,
Lafayette, Louisiana*

FEMINISMO E GÊNERO

Sem alarde ou debate, a palavra ‘sexo’ foi substituída pela palavra ‘gênero’. Nós costumávamos falar de ‘discriminação de sexo’, mas agora é ‘discriminação de gênero’. Com certeza parece bastante inocente. ‘Sexo’ possui um significado secundário, subentendendo relação sexual ou atividade sexual. ‘Gênero’ parece mais delicado e refinado. As militantes feministas aprenderam a partir de suas derrotas. Quando elas não puderam vender sua ideologia radical para as mulheres em geral, elas lhe deram uma nova roupagem. Agora elas são bastante cuidadosas em revelar seus verdadeiros objetivos. Elas pretendem alcançar seus fins não por uma confrontação direta, mas através de uma mudança no significado das palavras.

Eu teria querido unir-me a elas na batalha pela eliminação dos verdadeiros abusos, com o objetivo de tornar a vida melhor para as mulheres, mas a ideia das militantes feministas de uma mudança positiva consistia em deitar abaixo a família, promover a liberação sexual e defender o aborto a pedido. Não se pode permitir às feministas dissolver todas as famílias e destruir todos os casamentos apenas porque elas têm medo do casamento e da maternidade.

Vim a descobrir, mais tarde, que há muito mais de errado com o feminismo do que eu havia imaginado. Conforme pude comprovar posteriormente, a música ficava mais alta e mais clara, e finalmente descobri qual era a canção que estavam cantando.

O que aconteceu na Conferência da ONU sobre População, realizada do Cairo, em 1994, e na Conferência sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, é muito importante. Não tanto porque a ONU possa forçar sua vontade sobre os Estados Unidos, já que somente os países pobres que dependem da ajuda externa serão forçados a aceitar as agendas promulgadas nestas conferências. É muito importante porque a guerra cultural é uma batalha de ideias, e a ONU possui os recursos e o prestígio para promover a sua agenda junto aos líderes mundiais, às crianças em idade escolar e aos meios de comunicação.

A Plataforma de Ação da Conferência de Pequim sobre as Mulheres chamou os governos a “incorporar [mainstream] a perspectiva de gênero” em todo programa e em toda

política, em cada instituição pública e privada. A administração Clinton, o governo canadense, a União Europeia e uma multidão de agências da ONU agora estão ocupadíssimas *“incorporando a perspectiva de gênero”*, mas houve pouquíssima discussão nos meios de comunicação sobre o que exatamente estaria incluído em uma *“perspectiva de gênero”*. Se uma *“perspectiva de gênero”* deve ser *“incorporada”* em todo programa público e privado do mundo, a prudência exigiria que, pelo menos, o público fosse informado sobre a natureza desta agenda. Em vez disso, a implementação prossegue sem esclarecimento público. A Agenda de Gênero navega nas comunidades não como um navio elevado, mas como um submarino, determinado em revelar-se tão pouco quanto possível.

Segundo um folheto publicado pelo *Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres da ONU* [United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW)], *“adotar uma perspectiva de gênero exige `... distinguir entre o que é natural e biológico e o que é social e culturalmente construído, e o processo de renegociar as fronteiras entre o natural, que é relativamente inflexível, e o social, que é relativamente transformável”* [“Gender Concepts in Development Planning: Basic Approach” (INSTRAW, 1995), p. 11]. Em outras palavras, isto significa que as diferenças evidentes entre os homens e as mulheres não são naturais, mas foram construídas, e podem e devem ser modificadas.

Qual é a relação entre a *“perspectiva de gênero”* e o fato de que os seus proponentes possuem uma extrema aversão a palavras como mãe, pai, marido e esposa? Por que os defensores da Agenda de Gênero referem-se ao casamento e a família em termos negativos? Por que um documento da ONU sobre as mulheres não tem quase nada de positivo a dizer sobre as mulheres que são mães de tempo integral? Por que a ONU não promove mais a *“perspectiva da mulher”*?

As forças por trás da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres da ONU acreditam que a sua *“perspectiva de gênero”* é uma verdade auto-evidente. Elas já estavam ocupadas, mesmo antes da Conferência de Pequim, no encaminhamento de seus planos de *“incorporar a perspectiva de gênero”* em toda escola, em toda empresa, em toda família, em todo programa público e privado, em todos os níveis, e em todos os países.

Os líderes da coalizão dos grupos que promovem a Agenda de Gênero autodenominam-se feministas, mas a promoção da Agenda de Gênero procede de grupos ativistas, todos de alguma maneira com interesses inter-relacionados ou superpostos, mas claramente distintos: (1) os controladores populacionais; (2) os libertadores sexuais; (3) os ativistas dos direitos gays; (4) os multi-culturalistas e promotores do politicamente correto; (5) os extremistas ambientais; (6) os neo-marxistas progressistas; (7) os pós-modernistas desconstrutivistas. O termo *“feministas de gênero”* parece muito apropriado para uma coalizão de grupos de interesse em promover a Agenda de Gênero, já que eles assumiram como objetivo *“incorporar a perspectiva de gênero”* em todo programa e política no setor público e privado. Às vezes poderá parecer mais exato falar do *“Estabelecimento de Gênero [Gender Establishment]”*, já que a promoção da perspectiva de gênero não está sendo realizada por meio de ativistas com base no povo ou nas mulheres em geral, mas por pessoas que se estabeleceram a si mesmas nos vários centros de poder e estão usando as suas influências para avançar esta agenda.

Infelizmente a ONU tornou-se cativa de perigosos ideólogos, que estão usando o poder e a influência da organização para promover seus perigosos esquemas. A ONU não deveria

buscar tornar-se um governo internacional ou, pior ainda, uma burocracia internacional, mas um lugar de encontro para nações soberanas, onde as vozes dos pequenos, dos pobres e dos sem poder possam ser ouvidas.

INCORPORANDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Poucos meses depois que voltei da Conferência de Pequim, uma mulher aproximou-se de mim em uma reunião social e me disse: *“Deve ter sido muito emocionante. Eu li tudo sobre o assunto”*. Quando eu lhe expliquei um pouco sobre o que havia acontecido, ela ficou estarrecida. *“Eu nunca ouvi nada disso na imprensa”*. Ela estava certa. Apesar das conferências da ONU atraírem considerável atenção da mídia, os principais meios parecem determinados em evitar a verdadeira história e focar em temas periféricos. A cobertura concentrou-se nas violações dos direitos humanos da China, mas não no tema central da Conferência, a *“incorporação da perspectiva de gênero”*. Poder-se-ia esperar que a imprensa notasse o tratamento negativo do casamento, da família e a maternidade nos documentos da Conferência, mas este descaso por parte da mídia dificilmente surpreenderia. A imprensa já falhou consistentemente em investigar a Agenda de Gênero e as implicações ideológicas que estão por trás da mesma, mesmo considerando que esta agenda está em todo lugar. Quando as pessoas em geral são apresentadas a exemplos de *“perspectiva de gênero”*, a pergunta que elas fazem é: *“Por que?”* Por que aqueles que se apresentam como porta vozes das mulheres promovem tais políticas absurdas?

ENTENDENDO O PROCESSO

Durante os últimos vinte anos, as conferências internacionais tornaram-se parte principal das atividades das Nações Unidas. Nafis Sadik, a Secretária Geral da Conferência do Cairo sobre População, declarou que as conferências hoje representam 70% do trabalho da ONU. Desde 1974, a ONU patrocinou quatro conferências sobre as mulheres: a da Cidade do México, em 1975, a de Copenhagen, em 1980, a de Nairobi, em 1985, a de Pequim, em 1995. Patrocinou três conferências sobre população: a de Bucarest, em 1974, a da Cidade do México, em 1984 e a do Cairo, em 1994. Estas conferências são planejadas para atraírem a atenção mundial para a área em questão e produzir documentos de *“consenso”*, que irão fornecer orientações para ações nacionais e internacionais.

As plataformas passam por uma séria de rascunhos antes de serem apresentadas para serem debatidas na conferência propriamente dita. Diversos encontros de Comitês Preliminares são realizados antes da Conferência. Os Comitês Preliminares iniciam os trabalhos sobre a plataforma. Conferências regionais, realizadas em várias partes do mundo, oferecem o material inicial de trabalho. A equipe da ONU escreve um rascunho e o submete aos delegados do Comitê Preparatório final, que é realizado em Nova York. Então os representantes dos governos discutem o rascunho e tentam eliminar tanta controvérsia quanto possível antes da conferência propriamente dita. As seções em que não se alcança o consenso são *“chaveadas”* (incluídas entre chaves []), e somente estas seções chaveadas poderão ser debatidas na conferência.

A CONFERÊNCIA DO CAIRO (1994)

A Conferência sobre População do Cairo iniciou-se na primeira semana de setembro de 1994. A leitura do rascunho da Plataforma para a Conferência, os materiais distribuídos pelos grupos de controle populacional no fórum e a escuta das apresentações fariam qualquer um acreditar que tudo o que é necessário para eliminar a pobreza, empoderar as mulheres e salvar o mundo do desastre iminente seria a livre contracepção, o aborto legal e a educação sexual para doutrinar mulheres e crianças sobre como obter estes “*serviços de saúde*”.

A Organização das Mulheres para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (WEDO), uma ONG que havia sido recém-fundada através do apoio de diversas fundações internacionais, montou uma campanha maciça em favor da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. As ativistas da WEDO argumentavam que todo ser humano possui direito à vida, o qual inclui um “*direito à saúde*”, o qual, por sua vez, inclui a saúde sexual e reprodutiva. Portanto, se o aborto inseguro é uma das principais ameaças à saúde das mulheres, o direito das mulheres à saúde deveria incluir o direito ao aborto seguro e, para que o aborto possa ser seguro, deveria ser legal. Seguindo por este caminho tortuoso, elas chegaram à conclusão que o direito à vida confere às mulheres o direito ao aborto legal.

Para complicar a questão, as feministas uniram a saúde sexual e reprodutiva com os direitos sexuais e reprodutivos, apesar de não haver nenhuma relação necessária entre ambos. Sua versão dos direitos sexuais e reprodutivos incluía o direito de envolver-se em várias práticas sexuais extremamente insalubres. A Declaração Universal dos Direitos Humanos defende o direito ao casamento e à formação de uma família, não o sexo para os que não são casados ou para os adolescentes.

Os que promoviam o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos já estavam com um pé na porta. A seguinte declaração havia sido aprovada na Cidade do México em 1984:

“Todos os casais e indivíduos têm o direito básico de decidir livremente e responsabilmente o número e o espaçamento de seus filhos e ter a informação, a educação e os meios para tanto”.

Apesar de que isto poderia ter parecido, naquele tempo, um compromisso seguro, os delegados pro-família não tinham nenhuma ideia de que esta declaração seria utilizada para justificar lésbicas e mulheres solteiras a ter bebês por inseminação artificial e homens homossexuais a utilizar barrigas de aluguel. A declaração carrega a implicação de que as pessoas tem um direito de ter um filho, quando este direito não existe. As pessoas casadas possuem o direito de realizar os atos que podem resultar na concepção de um filho. São as crianças que tem o direito de nascerem em uma família onde sejam amadas e cuidadas por ambos os pais biológicos.

Estes novos “*direitos*” foram promovidos em uma série de workshops realizados por ativistas para promover a ideia de que os direitos humanos haviam evoluído e que os “*direitos sexuais e reprodutivos*” já estavam incluídos entre os direitos humanos reconhecidos. [Esta linha de argumentação já era bem conhecida pelos que estavam promovendo a causa do aborto. Este havia sido o modo pelo qual, em 1973, o aborto a pedido foi introduzido nos Estados Unidos, através de uma sentença da Suprema Corte de Justiça. Naquele ano, durante

o julgamento do caso *Roe v. Wade*, os juizes da Suprema Corte afirmaram haver encontrado um “*direito ao aborto*”, incluído dentro do supostamente já reconhecido “*direito à privacidade*”. O “*direito à privacidade*”, por sua vez, havia sido “*recém descoberto*”, em 1965, também pela Suprema Corte, “*nas entrelinhas da Constituição*”, conforme a declaração dos próprios os juizes, durante o julgamento do caso *Griswold v. Connecticut*]. Os ativistas da Conferência do Cairo evidentemente estavam esperando que ela encontrasse “*direitos sexuais e reprodutivos*” nos documentos anteriores da ONU e lhes concedesse uma versão internacional da decisão *Roe v. Wade*.

Um folheto intitulado “*Direitos Sexuais e Reprodutivos como Direitos Humanos: Conceitos e Estratégias, uma introdução para Ativistas*”, distribuído durante os workshops por centros de estudos jurídicos de duas universidades com sede em Nova York, definia os direitos sexuais e reprodutivos como incluindo “*o respeito para com a integridade corporal da mulher e a sua tomada de decisão, assim como o direito de expressar sua sexualidade com prazer e sem temor de abuso, doença ou discriminação, e o acesso a informação, educação e serviços de saúde sexual e reprodutiva voluntária e de qualidade*”. Os que tem familiaridade com a literatura feminista sabem que isto inclui não somente o direito à contracepção de todos os tipos e o aborto a pedido, mas também o reconhecimento legal do lesbianismo, da liberdade sexual para adolescentes, dos bancos de esperma para lésbicas e pessoas não casadas, a prostituição voluntária e a proibição de manifestações pro-vida.

Os direitos humanos são padrões que responsabilizam a todos, mas eles não podem ser expandidos para servirem a agendas ideológicas. Os líderes religiosos, inclusive o Arcebispo Renato Martino, então delegado da Santa Sé nas Nações Unidas, traçou uma clara distinção entre os direitos humanos reais, que são inerentes à pessoa, e as tentativas de manipular a ideia de direitos humanos:

“Atualmente existe uma tendência a acreditar que foi a sociedade que formulou os que são conhecidos como direitos humanos. Entretanto, os direitos humanos são tais exatamente porque eles são inerentes à dignidade da pessoa humana. Uma sociedade pode reconhecer ou violar direitos humanos, mas ela não pode manipular a existência dos direitos humanos, já que estes direitos precedem o próprio Estado”[Novembro 1994].

Um folheto divulgado pelo CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres), intitulado “*Uma Proposta para uma Declaração Universal de Direitos Humanos desde uma Perspectiva de Gênero*”, sugeria que a Declaração fosse reescrita garantindo os direitos das “*crianças, homossexuais e lésbicas, bissexuais, transsexuais e hermafroditas*”.

Ao tentar instrumentalizar os direitos humanos para promover sua agenda, as feministas estão embarcando em uma rota muitíssimo perigosa. As nações ocidentais podem ser capazes de utilizar seu poder econômico para impor sua versão “*ampliada*” de direitos humanos sobre o resto do mundo e pressionar os países pobres a legalizar o aborto e os direitos homossexuais. O que é mais provável, entretanto, é que a pressão ocidental para “*ampliar*” os direitos humanos acabe por comprometer o respeito pelos direitos humanos nos países em desenvolvimento. Levantar um falso conflito entre religião e direitos humanos

comprometeria o processo e colocaria em risco os mais vulneráveis, incluindo mulheres e meninas.

A SOLUÇÃO EGÍPCIA PARA A CONFERÊNCIA DO CAIRO

Agora que Reagan e os republicanos estavam fora do poder e o Presidente Clinton havia-se comprometido com a sua causa, a IPPF [International Planned Parenthood Federation] acreditou que este seria o seu momento de triunfo. Cento e vinte e oito de seus empregados haviam sido incluídos nas delegações nacionais. Vinte e dois membros da Planned Parenthood, incluindo o seu presidente, foram indicados para a delegação dos Estados Unidos. O presidente do principal comitê era o Dr. Fred Sai, de Ghana, presidente da IPPF. Supunha-se que os delegados fossem representantes de interesses nacionais, mas durante a Conferência eles mantinham encontros fechados para planejar estratégias.

Em um momento crucial das deliberações na Conferência, o Dr. Sai tentou fazer parecer que o Vaticano estivesse bloqueando o consenso sobre a linguagem a favor do aborto. A mídia veiculou a acusação em destaque. Os países islâmicos opuseram-se publicamente à promoção do aborto, assim como vários países latino-americanos. Outros países que fizeram menos uso da palavra agradeceram a liderança do Vaticano, já que isto lhes havia permitido evitar incorrer na cólera das nações doadoras caso se houvessem pronunciado publicamente.

Os egípcios, em uma tentativa de salvar a Conferência, sugeriram um compromisso: a linguagem sobre saúde sexual e reprodutiva permaneceria no texto, mas um parágrafo introdutório seria colocado no início do documento, garantindo a soberania nacional e protegendo os valores religiosos. Apesar disto resolver o problema imediato, introduzia um precedente perigoso. Os promotores dos direitos reprodutivos e pro-sexuais poderiam então argumentar que os “*fundamentalistas*” estavam utilizando a religião para oporem-se aos direitos humanos. A plataforma também declarava claramente que a Conferência não estava autorizada a conceder novos direitos humanos.

Para prejuízo da Conferência, a batalha sobre os direitos sexuais e reprodutivos havia ocupado o lugar central. Por causa disso, os delegados pro-família não tiveram tempo para se debruçarem sobre o Capítulo 4, “*Igualdade e Equidade de Gênero e Empoderamento das Mulheres*”, que advogava pela “*participação igual e representação equitativa em todos os níveis do processo político e da vida pública*”, e a “*equidade de gênero em todas as esferas da vida, incluindo a vida familiar e comunitária*”. Como as forças pro-família apoiavam entusiasticamente os direitos igualitários das mulheres, a maioria não enxergou perigo algum nestas seções.

Cairo acordou o movimento pro-família para os perigos de uma ONU ativista. Em particular, criou um momento para que cristãos e muçulmanos reconhecessem que velhos estereótipos e desentendimentos ocultavam suas concordâncias fundamentais sobre a importância da família, da vida e da fé. As forças pro-família haviam alcançado uma grande vitória no Cairo por terem percebido um “*golpe de Estado*” internacional praticamente certo por parte da Planned Parenthood e de seus aliados. Elas tiveram que defender o quartel contra um inimigo em avanço mas que, no fim da batalha, não havia cedido uma única polegada de território. Embora não o tivessem percebido no momento, a causa pro-família

havia sofrido uma grande perda no Cairo. “*Gênero*” e “*direitos e saúde sexuais e reprodutivos*” haviam encontrado o seu lugar dentro de um documento da ONU.

À medida em que a Conferência se aproximava do final, Bella Abzug e suas amigas, que haviam declarado, desde o início, que aquela seria a “*sua*” conferência, estavam frustradas e furiosas pelo fato de não terem sido capazes de conseguir a aceitação do aborto como um direito humano. Elas se retiraram para os bazares e as atrações turísticas do Cairo com a promessa: “*Esperem até o próximo ano. O que não conseguimos aqui, iremos consegui-lo em Pequim*”.

A CONFERÊNCIA REGIONAL DE VIENA

Quando a coalizão pro-família deixou o Cairo determinada a organizar-se e a preparar-se para a Conferência sobre as Mulheres em Pequim, ela já estava dois anos atrasada em relação a seus oponentes. Dois comitês preliminares já tinham sido realizados, e diversos rascunhos da plataforma já haviam sido produzidos. Os preparativos para o Fórum das ONGs incluíam a publicação de um boletim regular. O número de setembro de 1994 informava que as ONGs de mulheres já estavam pressionando ativamente para a inclusão de uma ‘*perspectiva de gênero*’ nos documentos da ONU. O boletim também fornecia informações sobre uma campanha internacional de pedidos, lançada pela Comissão Gay e Lésbica Internacional de Direitos Humanos “*destinada a mobilizar apoio para a inclusão da orientação sexual na Plataforma*”.

Em 1990 o Fundo dos Estados Unidos para as Mulheres havia criado a WEDO [*Women's Environment and Development Organization*] ou Organização das Mulheres para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente. A ONG recebeu apoio imediato das Fundações MacArthur, Ford, Noyes, Turner, das agências da própria ONU e de outros governos. Dirigida pela ex-congressista norte americana Bella Abzug, a ONG deve o seu nome por ter sido criada para estrear na Conferência do Meio Ambiente de 1992 no Rio de Janeiro. A influência da WEDO na Conferência do Rio de Janeiro mudou o foco do encontro para a sua agenda abortista e de empoderamento das mulheres. Desde então a WEDO tornou-se uma espécie de sombra da ONU. Bella Abzug foi repetidamente ouvida, no Cairo, afirmando que havia sido ela quem havia redigido a Plataforma de Ação da Conferência, e que Pequim seria a “*sua*” conferência.

Os documentos da WEDO que promoviam as conferências regionais em preparação à Conferência de Pequim afirmavam que a “*WEDO trabalhará para garantir o pleno acesso das mulheres das bases aos encontros preparatórios governamentais e de ONGs nacionais e regionais*”. A definição da WEDO do que seria uma mulher das bases parecia limitar-se, entretanto, às mulheres que concordassem com a organização. As organizações de mulheres pro-família não foram nem informadas nem convidadas, e aquelas que realmente conseguiram descobrir as conferências encontraram inúmeros obstáculos para poderem viabilizar a sua participação.

Foram programadas conferências regionais em Viena (Áustria), Mar del Plata (Argentina), Amman (Jordânia), Dakar (Senegal) e Jakarta (Indonésia).

No encontro regional de Viena, a coordenadora da conferência, Johanna Dohnal, condenou o surgimento de partidos políticos de extrema direita. Segundo Dohnal, estes partidos seriam parte de uma “*cultura masculino-dependente*”, cuja mensagem para as mulheres seria “*permaneçam em suas casas e cuidem de suas crianças*”. A. P. Melkert, Ministra de Assuntos Sociais e Emprego da Holanda, pediu por uma mudança nas imagens da masculinidade e da feminilidade. A Declaração redigida pela Conferência Regional de Viena incluía diversas referências à Agenda de Gênero, em especial as seguintes seções:

Sec. 2(c): A parceria entre as mulheres e os homens é o fundamento de um novo contrato de gênero baseado na igualdade, que implicará uma redistribuição dos cuidados domésticos e familiares, quebrando os estereótipos existentes dos papéis das mulheres e dos homens.

(d) Um novo contrato de gênero envolve uma política ativa e visível de incorporação em todas as áreas políticas, econômicas e sociais relevantes nos níveis centrais, regionais e locais.

A CONFERÊNCIA REGIONAL DE MAR DEL PLATA

A Conferência Regional e o Fórum das ONGs para a América Latina reuniu-se em Mar del Plata, na Argentina. As mulheres presentes acusaram os organizadores do Fórum das ONGs de manipular deliberadamente os preparativos para excluir a presença das participantes pro-família. O Fórum recebeu pouca publicidade. Os encontros, as localizações, os cronogramas e os temas dos workshops não foram anunciados com antecedência. Várias grandes organizações de mulheres não feministas tiveram as suas credenciais negadas. As que conseguiram estar presentes descobriram que suas contribuições haviam sido ignoradas e, apesar das garantias em contrário, suas declarações discordantes não haviam sido incluídas no relatório enviado ao Secretariado. Elas puderam, entretanto, ter uma chance de observar de perto as feministas de gênero em ação.

Durante os workshops as palestrantes insistiram que as mulheres deveriam libertar-se a si mesmas das vocações de esposa e de mãe, assim como dos conceitos tradicionais de casamento e família. Particularmente preocupantes foram os comentários sobre gênero da Sra. Llamas, assim como suas afirmações segundo as quais haveria mais do que dois sexos:

“A Biologia mostra que, externamente, os seres humanos podem ser divididos em dois sexos; entretanto, há mais combinações que determinam o que é denominado de sexo biológico de uma pessoa: os genes, os hormônios, as gônadas, os órgãos reprodutivos internos e os órgãos reprodutivos externos (genitálias). Temos assim:

1. Homens (pessoas que possuem dois testículos);

2. Mulheres (pessoas que possuem dois ovários);

3. Hermafroditas ou hermes (nos quais há ao mesmo tempo um testículo e um ovário);

4. *Hermafroditas masculinos ou mermes (pessoas que possuem testículos, mas apresentam outras características sexuais femininas);*

5. *Hermafroditas femininos ou fermes (pessoas com ovários, mas com características sexuais masculinas)”.*

Segundo a Sra. Llamas, homem/mulher, masculino/feminino são meramente construções culturais, e pensar que a heterossexualidade é a sexualidade “*natural*” seria apenas um outro “*exemplo de uma construção social ‘biologizada’*”.

A tragédia das deformidades congênitas não prova que há mais de dois sexos, e certamente não prova que a heterossexualidade não é natural, assim como o fato de alguns bebês nascerem cegos não prova não ser natural que os homens enxerguem. O sexo biológico não é determinado por órgãos externos, mas pela estrutura genética. Cada célula do ser humano é claramente marcada masculina ou feminina. O que é um absurdo é que um número de feministas tivessem achado este argumento convincente. Mas o que Llamas queria dizer era muito claro: o masculino e o feminino são elaborados pelas pessoas; portanto, a homossexualidade é igual à heterossexualidade. A não existência de uma essência masculina ou feminina permite-nos excluir a suposta superioridade de um sexo sobre o outro e até mesmo a questão de se existe uma forma “*natural*” de sexualidade humana ... Em outras palavras, pode-se dizer que a heterossexualidade é o resultado de um processo psíquico, ou mesmo que ela não é “*natural*” [Marta Llamas, citada por Cristina Delgado, em ‘*Definiciones estraidas de documentados usados en Foro de Mar del Plata*’, p. 2-3].

As freqüentes referências da Sra. Llamas ao gênero e à sua definição de gênero como “*a simbolização que cada cultura estabelece sobre a diferença sexual*” conduziu os participantes pro-família a acreditar que a “*incorporação da perspectiva de gênero*” fosse um acobertamento da promoção da ideologia feminista radical e da homossexualidade. A seguinte declaração do Fórum de Mar del Plata não diminuiu em nada estas preocupações:

“O heterossexismo tenta fazer da heterossexualidade a norma e, deste modo, não apenas mantém a desigualdade entre nós mesmas mulheres e a violência contra as lésbicas, mas também ajuda a manter a desigualdade entre as mulheres e os homens, prescrevendo que toda mulher que deseje ser normal deva estar com um homem”.

Infelizmente a maioria deste material estava disponível somente em espanhol, e apenas para uma audiência limitada. Mais ainda, a preocupação sobre o gênero foi diminuída, mesmo entre os participantes de língua espanhola, porque quando o rascunho da Plataforma de Ação foi distribuído, a versão espanhola não traduziu a palavra “*gender*” como “*genero*”, o que teria sido a tradução espanhola correta, mas como “*sexo*”.

CONSPIRAÇÃO EM GLEN COVE

Como preparação para a Conferência de Pequim, a WEDO promoveu um encontro de três dias de *Estratégias Globais das Mulheres*, realizado de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1994, em Glen Cove, Nova York.

Dez por cento das mulheres que participaram do encontro de Glen Cove eram empregadas da ONU, incluindo Gertrude Mongella, a secretária geral da Conferência de Pequim, e Kristen Timothy, a encarregada do credenciamento das ONGs.

Gertrude Mongella, da Tanzânia, possuía uma longa história de vínculos com a WEDO. Ela era membro de seu Comitê Internacional de Ação Política.

A participação de Kristen Timothy levantou um certo número de questões, uma vez que um grande número de grupos pro-família e pro-vida, alguns dos quais já haviam participado em conferências anteriores da ONU, tiveram seu status de Organização Não Governamental para a Conferência de Pequim inicialmente negado pelo seu escritório.

Já que o propósito do encontro de Glen Cove foi o planejamento de uma estratégia para influenciar o resultado das conferências da ONU e atacar as políticas apoiadas pelas nações membros, a presença de tantos empregados pagos de ONU, mesmo que apenas como observadores, constitui, no mínimo, um sério conflito de interesses para o quadro da ONU. Isto também dá crédito às acusações de que a burocracia da ONU é muito mais sensível às preocupações das ONGs feministas do que à proteção dos direitos e interesses das nações membros.

Após o encontro, o relatório elaborado pela WEDO rotulou os grupos considerados obstáculos para a sua agenda:

“Monitore e oponha-se à internacionalização dos movimentos anti-aborto e outros fundamentalistas Combata a Santa Sé e os movimentos fundamentalistas Combata o fundamentalismo religioso extremista”.

Para as feministas o termo fundamentalista não se restringe aos extremistas muçulmanos ou aos protestantes que sustentam a inerrância bíblica. Nos painéis de discussão os palestrantes rotularam católicos, cristãos evangélicos, pro-vidas e quaisquer pessoas que acreditassem na complementaridade dos homens e das mulheres, ou que sustentassem a maternidade como uma vocação especial para as mulheres, de *“fundamentalistas”*. Dentro desta definição de fundamentalismo a maioria dos Estados Membros da ONU poderia ser classificada como *“fundamentalista”*. Mais ainda, também a Declaração Universal de Direitos Humanos, que defende a liberdade de religião, a maternidade e a família, teria que ser considerada fundamentalista.

Além dos quadros da ONU e dos membros de várias organizações feministas, a lista dos participantes em Glen Cove incluía representantes da Fundação Ford, da Fundação MacArthur, da IPPF, e da CNN.

Outros programas preocupantes promovidos em Glen Cove incluíam o aborto seguro *“como um método básico de controle da fertilidade e como parte essencial dos serviços de saúde reprodutiva”*, o reconhecimento da *“orientação sexual como um direito humano fundamental dentro do contexto de uma definição ampliada da família”* e a educação dos homens e das mulheres para a transformação dos papéis de gênero.

Se a presença de Mongella no *Encontro de Estratégias Globais das Mulheres* constituiu um conflito de interesses, ela evidenciou um pior julgamento quando apareceu em um vídeo criado para promover o Fórum das ONGs. O vídeo, intitulado “*Quebrando as Barreiras*”, atacava as principais religiões mundiais como anti-mulheres, promovia a interpretação feminista radical da história, defendia as bruxas e o culto às deusas e lembrava ao espectador que o filósofo inglês John Stuart Mill, que havia se engajado ativamente na defesa dos direitos das mulheres no século dezenove, considerava o casamento uma escola de despotismo. As mulheres que acreditavam que a religião havia promovido o bem estar das mulheres não foram incluídas entre as entrevistadas.

Embora o vídeo tivesse sido produzido por uma empresa independente, sem o financiamento da ONU, a presença de Mongella e o uso do símbolo oficial da Conferência davam a impressão de que se tratava de uma produção oficial da ONU.

Ainda que os secularistas acusem que os estados religiosamente orientados estão impedindo o consenso, são de fato os secularistas os que estão determinados a impor a sua visão de mundo em cada esquina do mundo.

O MUNDO SEGUNDO BELLA ABZUG

Ainda que a mídia se concentre na Conferência, é no Comitê Preliminar onde o verdadeiro trabalho é realizado. Idealmente as equipes das Nações Unidas gostariam de ver todos os problemas controversos solucionados antes que as câmeras sejam ligadas.

Quando o Comitê Preliminar para Pequim reuniu-se, em março de 1995, em Nova York, o rascunho da Plataforma de Ação já tinha sofrido numerosas alterações. Supunha-se que os delegados deveriam ter recebido as cópias da mais nova versão da Plataforma no dia 1 de fevereiro, mas o texto não-oficial não se tornou disponível antes do dia 17. Os participantes receberam o texto oficial de 70 páginas e 246 parágrafos somente no dia 27 de fevereiro, dezesseis dias antes da data para a qual estava agendada o Comitê Preliminar. Os que haviam tentado se preparar com antecedência, estudando os rascunhos anteriores, descobriram que o seu trabalho havia sido em vão. O texto havia sido radicalmente alterado e totalmente renumerado. Os representantes dos governos pro-família e as ONGs pro-família encontraram muitas áreas de preocupação. Mesmo depois do Comitê Preliminar já haver começado, eles ainda estavam descobrindo potenciais bombas de efeito retardado dentro do texto. Ainda mais preocupante era o que não estava lá. O rascunho da Plataforma ignorava as necessidades das mulheres que trabalham no lar e não tinha nada de positivo a dizer sobre casamento, vida familiar, maternidade, direitos paternos, ou religião. Para complicar ainda mais o processo, as traduções para o espanhol e o francês ocultavam a agenda anti-família.

Ademais, muitos dos delegados não tinham familiaridade com as implicações ideológicas das palavras inglesas. Os leitores de fala não inglesa tinham que se valer dos dicionários, os quais raramente apresentavam as novas definições inventadas pelas feministas desconstrucionistas pós-modernas, se é que alguma vez chegaram a fazê-lo. Marta Lorena Casco, representante de Honduras, queixou-se de uma “*agenda oculta*” e acusou o quadro das Nações Unidas de “*manipular eufemismos para rascunhar um texto para o qual somente eles tinham o único dicionário*”.

Muitos dos delegados e membros das ONGs chegaram exaustos a Nova York. Eles haviam passado o mês de janeiro em Nova York, no Comitê Preliminar da Cúpula Social, o mês de fevereiro em Copenhague na própria Cúpula Social, e agora estavam voltando a Nova York, para o Comitê Preliminar de Pequim. Alguns haviam voado diretamente de Copenhague para Nova York, sem regressar em casa para um descanso. Já a WEDO e suas aliadas vinham plenamente preparadas e prontas para opor-se a todas as emendas pro-família e impor a sua própria agenda.

Somente poucos grupos pro-família possuíam recursos para enviar representantes para todo o encontro, que se arrastou por quase quatro semanas. Alguns vinham para períodos mais curtos de tempo. Um número maior de pessoas tinha intenção de vir mas, no último minuto, grande número de grupos pro-família, que haviam se inscrito para receberem o status de ONG, tiveram inexplicavelmente negado o seu credenciamento.

Os participantes pro-família no Comitê Preliminar para Pequim renovaram as amizades feitas no Cairo e se organizaram a si mesmos como a Coalizão pela Mulher e pela Família. Para a Coalizão, a ameaça imediata era a linguagem sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos dos pais. Poucos estavam preocupados com o uso repetido da palavra ‘gênero’ no rascunho, ou com as constantes referências à “*incorporação da perspectiva de gênero*”, “*análise de gênero*”, “*aspectos de gênero*”, “*conceito de gênero*”, “*sensibilidade de gênero*”, “*papéis de gênero*”, etc.. A maioria dos delegados e das ONGs pro-família, na verdade, supunha que “*gênero*” era um substituto mais elegante para “*sexo*”.

A preocupação, porém, foi suficiente para que a Coalizão preparasse e distribuisse um volante, no qual podia ser lido, entre outras coisas:

“O que é ‘perspectiva de gênero’?”

‘Perspectiva de gênero’ pode ser um termo estranho para alguns delegados. Não significa ‘compromisso para com os direitos da mulher’, nem oposição à ‘discriminação por questão de sexo’.

Significa enxergar tudo como uma batalha de poder entre homens e mulheres. Cada problema é analisado em termos de como as diferenças entre homens e mulheres são a causa do problema.

As diferenças estatísticas entre homens e mulheres são vistas como a prova de um complô contra as mulheres. Todo o sofrimento das mulheres é, de alguma maneira, culpa dos homens”.

Em resposta às questões sobre a definição de gênero, a coordenação do Comitê divulgou a seguinte definição:

“Gênero refere-se às relações entre homens e mulheres com base em papéis socialmente definidos que são atribuídos a um ou outro sexo”.

Em vez de resolver o problema, esta definição somente serviu para criar mais confusão. O delegado de Malta expressou reservas sobre a definição proposta. Como advogado, ele não conseguia compreender como leis poderiam ser escritas sobre relacionamentos com base em

papéis socialmente definidos. As leis, insistia ele, devem referir-se a seres humanos masculinos e femininos. Diversos delegados começaram a colocar entre chaves a palavra gênero cada vez que ela aparecia no texto.

A reação à sugestão de que ‘gênero’ fosse chaveado foi rápida e beligerante. Ela revelou que aqueles que estavam preocupados com as implicações ideológicas da palavra gênero tinham, de fato, subestimado a importância deste termo. No dia 3 de abril, Bella Abzug condenou as tentativas de pôr a palavra entre chaves até que se pudesse chegar a um consenso sobre a sua definição:

“Nós não seremos forçadas a retroceder para o conceito de que ‘a biologia é o destino’ que procura definir, confinar e reduzir as mulheres às suas características sexuais físicas”.

Os delegados do Comitê Preliminar estavam chocados pela acusação de que definir gênero como sinônimo de sexo fosse uma tentativa de confinar ou reduzir as mulheres às suas características físicas sexuais. Bella insistia que a definição “*feminista*” de gênero era universalmente compreendida e aceita, o que certamente não era o caso:

“O conceito de gênero está incorporado no discurso contemporâneo social, político e legal O significado da palavra gênero evoluiu e se diferenciou da palavra sexo para expressar a realidade segundo a qual o status e os papéis das mulheres e dos homens são socialmente construídos e passíveis de modificação”.

Ainda de acordo com Bella,

“a introdução da perspectiva de gênero em todos os aspectos das atividades da ONU é dos principais compromissos aprovado pelas conferências anteriores e deve ser reafirmado e fortalecido nesta Quarta Conferencia Mundial sobre as Mulheres”.

Os delegados, muitos dos quais haviam estado presentes a conferências anteriores da ONU, começaram a revirar os documentos da organização em busca de alguma evidência de que eles haveriam aprovado uma definição de gênero como “*papéis socialmente construídos que pudessem ser modificados*”. Encontraram que a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 havia se referido a ‘sexo’, mas não a ‘gênero’. Nas *Estratégias para o Avanço*, de 1985, em Nairobi, utilizou-se a palavra ‘sexo’ e o texto referia-se às “*perspectivas das mulheres*”. Em 1993, a *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres* havia utilizado a palavra gênero diversas vezes, mas não havia nenhuma sugestão de uma nova definição. Nem mesmo os participantes no Cairo tinham tido consciência de qualquer nova definição.

Em sua fala, a Sra. Abzug insistiu que sua definição de gênero era inegociável:

“A tentativa corrente de muitos Estados Membros de expurgar a palavra ‘gênero’ da Plataforma de Ação e substituí-la pela palavra ‘sexo’ é uma tentativa insultuosa e degradante de reverter os avanços

realizados pelas mulheres. Nós não voltaremos a nos subordinar em papéis inferiores”.

Os delegados não estavam interessados em empurrar as mulheres de volta para “*papéis subordinados inferiores*”. Eles somente queriam entender o que a palavra gênero significava antes de aprovar um texto em que a palavra aparecia mais de duzentas vezes.

RE-IMAGINANDO O GÊNERO

Para aumentar a controvérsia, um membro de uma delegação governamental que havia considerado o debate sobre a definição de gênero como exagerado, comentou o assunto com a babá da família. A babá estava justamente fazendo um curso no Hunter College intitulado “*Re-imaginando o Gênero*”. Ela explicou a seu patrão que ‘*gênero*’ não mais significava ‘*sexo*’, mas referia-se a um papel socialmente construído.

A instrutora do curso, Lorna Smedman, havia redigido a seguinte introdução para seus estudantes:

Neste curso vamos ler vários autores modernistas e pós modernistas e buscar compreender como os pensadores do século vinte re-imaginaram o conceito de gênero. O gênero é uma “construção social” ou o produto de um “sexo biológico”? O que estaria envolvido na transgressão das categorias binárias mulher e homem, feminino e masculino, heterossexual e homossexual, natural e não-natural?

Os representantes dos países conservadores não estavam interessados em voltar para casa com um documento que “*transgredia as categorias binárias*”, ou que abrisse a questão da homossexualidade.

Entre os materiais fotocopiados do curso havia um artigo, escrito por Adrienne Rich, intitulado “*Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica*”, que incluía as seguintes citações:

“A heterossexualidade, assim como a maternidade, necessita ser reconhecida e estudada como uma instituição política. Em um mundo de genuína igualdade, onde os homens fossem não-opressivos e educados, todos seriam bissexuais”.

Um artigo escrito por Lucy Gilbert e Paula Webster, “*Os Perigos da Feminilidade*”, sugeria que definir ‘*gênero*’ como “*construção social*” significaria que o masculino e o feminino seriam não-naturais.

Particularmente problemático era um artigo escrito por Anne Falsto-Sterling, intitulado “*Os Cinco Sexos: Por que Macho e Fêmea não são Suficientes*”. Este artigo era a origem das ideias defendidas por Marta Llamas. O interesse da Sra. Falsto-Sterling em acrescentar sexos extras não parecia estar relacionado com uma preocupação sincera pelo pequeno número de indivíduos que sofrem destas anormalidades, mas com um desejo de desafiar crenças tradicionais.

Os promotores do gênero insistiam que a palavra havia sido aceita, tanto pela ONU como pela literatura acadêmica, e nunca havia sido questionada. Os que a estavam questionando sugeriram que, se nunca o havia sido, talvez se devesse ao fato de que ninguém ainda tinha tido conhecimento de que havia sido inventada uma nova definição.

Quando os Estados Unidos recusaram uma definição de gênero que incluísse termos referentes aos dois sexos, os delegados começaram a especular as possíveis razões da atitude. Marta Lorena Casco, como presidente da delegação hondurenha, exigiu dos funcionários da ONU uma definição de *'gênero'*. Recebeu, como resposta, que

“gênero não tem definição, e não necessita de tê-la”.

O *'gênero'* não foi a única fonte de contendas no Comitê. Quase todos os parágrafos geraram debate. Apesar de que mais de uma centena de novos parágrafos haviam sido adicionados, os que foram apresentados por delegados pro-família haviam sido misteriosamente omitidos do registro impresso dos procedimentos.

A Coalizão apoiou as demandas por uma clara definição de gênero. Os delegados pro-família perceberam que tudo o que era necessário seria definir claramente *'gênero'* como referindo-se a *“masculino e feminino, os dois sexos da pessoa humana”*. Mas quando Marta Lorena Casco, a delegada de Honduras, fez uma requisição formal de que a palavra *'gênero'* fosse chaveada em todo o documento, a presidente do Comitê, Irene Freidenschlus da Áustria, em uma decisão sem precedentes, recusou-se. Mas em seguida ficou evidente que a controvérsia não poderia ser finalizada, e Freidenschlus concordou em formar um grupo de contato, que se reuniria de 15 de maio a 15 de junho, para discutir uma definição de gênero.

O *“Boletim de Negociações da Terra”* [*“Earth Negotiations Bulletin”*] comunicou que os Estados Unidos não estavam interessados em que *'gênero'* fosse claramente definido. Conforme a afirmação de um delegado senior americano, o *“resultado provável seria a introdução de uma ‘imprecisão positiva’ no texto”*.

Um terço do texto ainda estava entre chaves, e nenhuma decisão havia sido tomada sobre a questão do *'gênero'*. Olhando para trás, as forças pro-família entenderam que este havia sido o ponto alto de sua influência. Mas, por trás do cenário, dinheiro e poder estavam sendo utilizados para assegurar o triunfo da Agenda de Gênero.

FEMINISMO RADICAL

Existe um abismo profundo entre a percepção pública do feminismo e a realidade da teoria feminista. Eu me defrontei pessoalmente com este abismo quando, alguns anos atrás, comecei a pesquisar o feminismo. Li todas as autoras feministas bem publicadas, mas o que elas diziam não fazia sentido. Uma peça estava faltando. Decidi então compartilhar meu problema com uma amiga, professora de literatura russa na Universidade de Rhode Island. Ela simplesmente riu e me disse: *“Dale, elas são todas marxistas. Toda a história é a história da luta de classes ... o opressor contra o oprimido”*.

Isto tinha estado bem ali, mas eu não o havia visto. Olhando para trás, através dos textos feministas, eu estava espantada com a quantidade dos que citavam Marx e seu confidente Frederick Engels e, em especial, o livro de Engels, *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*. Eu não havia entendido o quanto isto pudesse ser significativo, mesmo quando lia Kate Millett elogiando as teorias de Engels na sua *“Política Sexual”*:

“O grande valor da contribuição de Engels para a revolução sexual reside na sua análise do casamento patriarcal e da família. Na submissão do feminino ao masculino, Engels, assim como também Marx, compreenderam o protótipo histórico e conceitual de todos os subseqüentes sistemas de poder, de todas as relações econômicas opressoras e o próprio fato da opressão em si mesmo”.

Até então eu tinha considerado o Marxismo como uma teoria econômica já morta. Mas a minha limitada exposição a Marx não havia incluído a sua teoria social.

Mas saber que as feministas seguiam a Marx, com certas revisões, é claro, ainda não explicava a Agenda de Gênero. Felizmente uma boa amiga e ativista pro-família, Michael Schwartz, sugeriu-me que, se eu quisesse entender as feministas, deveria ler o livro de Engels, *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*, e o livro de Shulamith Firestone, *“A Dialética do Sexo”*. Nestes livros pude entender como a dialética de Marx havia se convertido na dialética do sexo. À medida em que eu lia Engels e Firestone, entendia como a letra casava com a música.

A Agenda de Gênero tentou construir-se sobre a boa vontade gerada para com o feminismo nos anos 60, quando o movimento das mulheres promoveu um *“feminismo liberal”* ou, nas palavras de Christina Hoff Sommers, um *“feminismo de equidade”*. O feminismo liberal sustenta que as mulheres devem ter na sociedade tanta liberdade quanto os homens e insiste que o indivíduo deveria ser considerado separadamente do grupo. O apoio ao feminismo liberal era tão amplo que quase toda a legislação que exigia colocar fora da lei a discriminação sexual foi aprovada sem nenhuma oposição séria.

Bem ao contrário das acusações da esquerda feminista, ninguém deseja retroceder nestas conquistas. Não há nenhum retrocesso contra o direito das mulheres ao voto, ao exercício da profissão, à igual educação, ou à igual oportunidade no emprego. Os que promovem a família, entretanto, reconhecem as limitações do feminismo liberal, particularmente sua incapacidade de considerar as diferenças reais e óbvias entre os homens e as mulheres, e de reconhecer que muitas das leis *“discriminatórias”* entre os homens e as mulheres não são tentativas de oprimir as mulheres, mas tentativas de compensar as diferenças naturais e proteger as mulheres. Quando estas leis são revogadas, as mulheres freqüentemente sofrem como resultado do assim chamado tratamento igualitário. O feminismo liberal, com sua ênfase no individual, ignora a importância da família como unidade social.

Os que promovem a família acreditam que é possível estar plenamente comprometido com a igual dignidade dos direitos dos homens e das mulheres, sem negar as diferenças entre os sexos, a importância da família e recorrer ao gigantismo governamental. A influência do feminismo liberal declinou em parte porque alcançou seus objetivos, em parte porque suas

limitações se tornaram evidentes, mas primariamente porque foi suplantado por um feminismo radical que sustentou que o liberal não havia ido suficientemente longe. O assim chamado retrocesso contra o feminismo não é dirigido contra o feminismo liberal dos anos sessenta, mas contra as novas correntes do feminismo, que repudiaram os valores liberais em troca de uma ideologia revolucionária. As feministas radicais repudiaram o feminismo liberal porque este não havia reconhecido *“que é necessário mudar toda a estrutura social existente para alcançar a liberação da mulher”*. Este repúdio ao feminismo liberal aconteceu no fim dos anos sessenta.

As mulheres que se uniram aos movimentos revolucionários haviam sido expostas às ideologias revolucionárias. A batalha contra a opressão não havia sido muito libertadora para estas mulheres. Seus irmãos revolucionários tratavam mal as mulheres. Relegavam-nas a cozinhar, a escrever a máquina e a realizar serviços sexuais, ao mesmo tempo em que recusavam permitir-lhes expressar suas opiniões ou exercer uma liderança dentro do movimento. As mulheres radicais se rebelaram contra este tratamento equivocado e, ao fazê-lo, buscaram sua justificativa na própria ideologia revolucionária. Elas encontraram exatamente o que precisavam na filosofia de Karl Marx e Frederick Engels, particularmente no livro de Engels, *“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*. Pode-se imaginar o seu espanto quando descobriram que Marx e Engels haviam ensinado que as mulheres haviam sido a primeira propriedade privada e que a opressão das mulheres pelos homens havia sido a primeira opressão de classe. Estas são palavras de Engels:

“Em um antigo manuscrito não publicado escrito por Marx e por mim mesmo, em 1846, eu encontrei estas palavras:

‘A primeira divisão do trabalho é aquela entre o homem e a mulher para a propagação da prole’.

E hoje eu posso acrescentar:

‘A primeira luta de classes que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a submissão do sexo feminino pelo masculino’.

[Frederick Engels: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*].

A proclamação de Marx e Engels de que toda a história é a história da luta de classes é bem conhecida. O que é menos conhecido é a sua alegação de que a primeira luta de classes aconteceu na família. De acordo com a teoria marxista, nas épocas primitivas da existência humana, as pessoas viviam pacificamente em sociedades sem classes onde a propriedade privada era desconhecida e a opressão inexistente. A família era uma instituição inexistente e os homens ainda não haviam entendido a interligação existente entre o ato sexual e o nascimento de uma criança. Tudo isto teria sido mudado pelo que equivale à versão marxista do pecado original: os homens descobriram ou insistiram no reconhecimento de sua paternidade, escravizaram as mulheres no casamento, criaram a família patriarcal e estabeleceram a propriedade privada. A luta de classes e a opressão se seguiram. Marx e

Engels sustentam que, para alcançar a libertação da perpétua luta de classes, os meios de produção e de reprodução devem ser removidos das mãos dos opressores e devolvidos para os trabalhadores. Isto exigiria não apenas a abolição da propriedade privada mas, também, a destruição da família encabeçada por um pai; que todas as mulheres fossem forçadas a trabalhar fora de casa; creches gratuitas e a coletivização das tarefas domésticas; divórcio fácil, liberação sexual e a aceitação da ilegitimidade; e, finalmente, a destruição da religião, porque a religião apóia a família. A primeira condição para a libertação da mulher seria trazer todo o sexo feminino de volta para a indústria pública, e que isto, por sua vez, exigisse a abolição da família monogâmica como unidade econômica da sociedade. Com a transferência dos meios de produção para a propriedade coletiva, a família individual cessaria de ser a unidade econômica da sociedade. O cuidado e a educação das crianças passaria a ser uma questão pública e a sociedade se interessaria de modo igual por todas as crianças, fossem elas legítimas ou não.

Depois da Revolução Russa os comunistas tentaram inicialmente algumas destas políticas, mas detiveram-se quando perceberam o desastre causado por um ataque frontal contra a família. O sistema comunista, em vez disso, focou-se na socialização da indústria e no controle do aparato político.

As mulheres radicais dos anos sessenta, no entanto, convenceram-se que as revoluções marxistas anteriores haviam falhado exatamente porque não haviam conseguido atingir a família. Se a análise marxista estava correta, a família era a causa da opressão e devia ser eliminada. Engels havia escrito: *“A família individual moderna está fundamentada na escravidão aberta ou oculta da mulher”*. Ele dizia que a mulher casada *“difere da cortesã ordinária porque a cortesã vende o seu corpo em parte, como um trabalhador assalariado, mas a casada o vende de uma só vez, para sempre, como um escravo”*.

Mais tarde, em seu livro *“A Dialética do Sexo”*, Shulamith Firestone mostrou como o Marxismo poderia ser transformado em feminismo radical:

“Portanto, assim como para garantir a eliminação das classes econômicas exige-se a revolta da classe inferior (o proletariado) e a tomada dos meios de produção, assim também, para garantir a eliminação das classes sexuais, exige-se a revolta da classe inferior (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução. Isto é, exige-se a restituição, para a mulher, da propriedade dos seus próprios corpos e o controle feminino da sexualidade humana. E assim como o objetivo final da revolução socialista não era apenas a eliminação do privilégio da classe econômica, mas a própria distinção da classe econômica, assim também o objetivo final da revolução feminina deve ser, diversamente do objetivo do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do privilégio masculino, mas da própria distinção sexual”.

Aqui está o fundamento do feminismo radical e o coração da Agenda de Gênero: *a eliminação da distinção sexual e o controle da reprodução*. As feministas radicais concordam com os marxistas que o objetivo é uma sociedade sem classes, mas a revolução feminista radical quer abolir também as classes sexuais.

Deve-se notar que existem diversas subdivisões das feministas de esquerda. As *'feministas marxistas'* acreditam que a revolução marxista deva preceder a revolução feminista. As *'feministas socialistas'* acreditam que as revoluções marxistas e feministas devam dar-se simultaneamente, e as *'feministas radicais'* acreditam que a revolução feminista deva vir primeiro.

O primeiro objetivo da revolução deveria ser a libertação da mulher da escravidão da maternidade. Shulamith Firestone argumenta que se as mulheres simplesmente se recusassem a ter filhos, os homens teriam que inventar uma solução tecnológica:

“A reprodução das espécies por um sexo em benefício de ambos seria substituída (pelo menos pela opção da) reprodução artificial; os filhos nasceriam igualmente para ambos os sexos, ou independentemente de que alguém se preocupasse com eles”.

As feministas radicais mais moderadas, se isto não for um paradoxo, trocam a revolução biotecnológica pela exigência de um absoluto *“controle reprodutivo”* feminino, que incluiria o aborto a pedido durante toda a gravidez e o livre e fácil acesso a todas as formas de contracepção e tecnologias reprodutivas.

Interessantemente, Firestone sempre reconheceu que ela estava atacando a *“realidade biológica”*:

“Diversamente das classes econômicas, as classes sexuais tem sua origem diretamente em uma realidade biológica: os homens e as mulheres são criados distintos, e não igualmente privilegiados. As diferenças reprodutivas naturais entre os sexos conduziu diretamente à primeira divisão do trabalho, com base no sexo, e esta está na origem de todas as divisões posteriores em classes econômicas e culturais”.

Para ela, entretanto, isto não constitui um problema. Se a *“natureza”* impede a revolução, ela simplesmente ignora a *“natureza”*:

“A natureza não é necessariamente um valor humano. A humanidade já começou a superar a natureza; não podemos mais justificar a manutenção de um sistema discriminatório de classes sexuais fundamentadas em sua origem natural”.

Firestone exige também uma liberdade sexual absoluta. A família, segundo ela, está baseada na restrição da sexualidade aos parceiros casados. Portanto, a eliminação da família será acompanhada da libertação da sexualidade de quaisquer restrições em relação ao número, sexo, idade, relacionamento biológico ou estado marital dos participantes. Ela exige uma *“reversão a uma pan-sexualidade desobstruída”*.

Para entender a relação entre feminismo e lesbianismo, é necessário entender que há três teorias sobre a origem da orientação homossexual e lésbica: a inata, a polimórfica e a traumática.

Segundo a teoria inata, as pessoas *nascem* homossexuais ou heterossexuais, e não há nada que possa ser feito sobre isto. A homossexualidade é, portanto, natural e igual à heterossexualidade.

Segundo a teoria polimórfica, os seres humanos nascem sem nenhuma orientação sexual e são capazes de ser atraídos por ambos os sexos. O sexo de cada parceiro é irrelevante. As pessoas que sustentam este ponto de vista acreditam que as categorias da homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade deveriam ser abandonadas, de tal maneira que os seres humanos possam reverter a uma *“sexualidade natural polimorficamente pervertida”*.

Segundo a teoria traumática, a homossexualidade e o lesbianismo são causados por traumas psicológicos durante a infância, pela rejeição do pai de mesmo sexo, por abusos sexuais ou por uma combinação de fatores. A orientação homossexual e lésbica é vista como semelhante à dependência às drogas ou ao alcoolismo.

Quando estão promovendo os direitos gays, as feministas tendem a argumentar que o lesbianismo é inato. Mas quando estão apenas entre elas, acreditam que, embora a perversidade polimórfica seja o objetivo final, a situação atual exige que as mulheres adotem o lesbianismo como *“meio de combater a ideologia heterossexual que perpetua a supremacia machista”*.

Tem havido muito debate sobre a influência das lésbicas no movimento feminista. Há quem sustente que elas dominam o movimento. Discute-se também se as lésbicas são naturalmente atraídas para o ativismo feminista, ou se as mulheres envolvidas no feminismo são recrutadas para serem experimentadas na sexualidade lésbica. Em todo caso, o movimento feminista está fortemente comprometido com os direitos lésbicos, e a teoria feminista é utilizada para defender o lesbianismo.

Firestone também defende a total libertação das crianças e a virtual abolição da infância:

“Devemos incluir a opressão das crianças em qualquer programa feminista revolucionário Nossa etapa final deve ser a eliminação das próprias condições da feminilidade e da infância. O tabu do incesto hoje é necessário somente para preservar a família; então, se nós nos desfizemos da família, iremos de fato desfazer-nos das repressões que moldam a sexualidade em formas específicas”.

Firestone não acredita que haja algo errado com o incesto e as relações sexuais com menores:

“Os tabus sexuais com as relações homossexuais ou entre adultos e menores irão desaparecer, assim como as amizades não sexuais todas as relações próximas irão incluir o físico”.

A autora acredita ainda que a libertação sexual absoluta é a chave para a libertação política e econômica:

“Se a repressão sexual precoce é o mecanismo base pelo qual são produzidas as estruturas de caráter que sustentam a escravidão política, ideológica e econômica, o fim do tabu do incesto, através da abolição da família, poderá ter efeitos profundos. A sexualidade poderá ser libertada da sua camisa de força para erotizar toda a nossa cultura, modificando a sua própria definição”.

Firestone, de fato, acredita que, uma vez que o tabu do incesto tenha sido eliminado, não haverá nada de errado em uma criança ter relações sexuais com a sua mãe.

As ideias de Firestone são tão extremas que é fácil entender por que as feministas, muitas das quais são profundamente influenciadas por suas teorias, são tão cuidadosas em não colocá-la como porta voz de seu movimento. Elas simplesmente reconheceram que Firestone deve ser embalada em um pacote de aparência mais aceitável.

FEMINISMO REALMENTE RADICAL

Engels não foi o único marxista que influenciou o pensamento feminista. O marxista italiano Antonio Gramsci é frequentemente citado pelas feministas radicais. Gramsci, que foi preso por suas opiniões nos anos 30, acreditava que a revolução tinha falhado na Itália porque as pessoas se agarraram à sua fé religiosa. Ele acreditava que a revolução falhou em ganhar apoio popular porque as pessoas estavam presas a *“ideias hegemônicas”*. De acordo com Gramsci, os valores religiosos são apenas instrumentos dos capitalistas para manter os operários na linha. Esse tema foi adotado pela socialista lésbica Christine Riddiough, que argumenta que a família é o instrumento que a *“classe dominante”* usa para suprimir a sexualidade feminina. Deve mencionar-se que Christine Riddiough é a presidente da Comissão Feminista de Socialistas Democratas da América [DSA Feminist Commission], um grupo bastante ativo na ONU e na Conferência do Cairo. Riddiough acredita que a questão lésbica pode ser usada contra a ideia *“hegemônica”* da família como algo natural:

“A cultura gay/lésbica pode também ser vista como uma força subversiva, capaz desafiar a natureza hegemônica da ideia de família. Isso deve, contudo, ser feito de modo que as pessoas não percebam o estamos fazendo por oposição à família em si mesma. Um simples slogan no sentido de ‘esmagar a família’ pode ser visto como uma ameaça, não apenas para a classe dominante, mas também para as pessoas da classe operária. Para que a natureza subversiva da cultura gay seja usada com eficiência, temos que apresentar modos alternativos de compreender as relações humanas”.

Os autores que tentam explicar o atual estado do pensamento feminista enfrentam uma tarefa difícil. A teoria feminista é essencialmente instável. Este fato pode representar um desafio para os estudiosos do feminismo, mas não é um problema para as teóricas feministas. As feministas radicais de gênero acreditam que se os homens fizeram a história, a ciência e a religião para oprimir as mulheres, então as mulheres precisarão refazê-las para alcançar a libertação. Para elas, portanto, a questão não é se *“mulher, homem, maternidade, paternidade, masculinidade, feminilidade, heterossexualidade e casamento são realmente*

papéis de gênero socialmente construídos”, mas se, em vez disso, “chamar a estas coisas de papéis de gênero socialmente construídos serve a nossos objetivos políticos”.

As feministas acadêmicas abraçaram a teoria pós-moderna desconstrucionista, que afirma que a linguagem consiste apenas em palavras que impõem uma estrutura arbitrária sobre objetos individuais, mas não têm nenhum significado ou relação intrínseca. As palavras são desconstruídas quando se prova que uma palavra serve a um propósito político, dando poder a um grupo sobre outro. De acordo com a teoria desconstrucionista, uma vez que a palavra seja despojada de seu poder, as pessoas são libertadas. A realidade atrás das palavras é ignorada. No fim, tudo pode ser desconstruído.

Judith Butler, em seu livro *“O Problema do Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”*, sugere que se o gênero é socialmente construído, talvez o sexo também seja socialmente construído:

A distinção entre sexo e gênero serve ao argumento segundo o qual o gênero é culturalmente construído. Portanto, o gênero não seria nem o resultado causal do sexo nem seria aparentemente fixo como o sexo.

Se o gênero são os significados culturais que o corpo sexuado assume, então não se pode dizer absolutamente que o gênero seja consequência do sexo.

Além disso, mesmo que, em sua morfologia e constituição, os sexos pareçam ser binários (algo que questionaremos mais adiante), não há razão para presumir que os gêneros devam também continuar sendo dois. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o gênero se torna uma artificialidade livremente flutuante. A consequência é que homem e masculino podem facilmente significar tanto um corpo feminino como um corpo masculino, e mulher e feminino podem significar tanto um corpo masculino como um corpo feminino.

Se o caráter imutável do sexo for contestado, talvez esta construção chamada ‘sexo’ seja tão culturalmente construída como ‘gênero’; na verdade, talvez ela já tivesse sido sempre ‘gênero’, com a consequência de que a distinção entre sexo e gênero termine por não ser distinção alguma”.

Em outras palavras, de acordo com Butler, dividir a humanidade em dois sexos é tão arbitrário quanto atribuir às pessoas papéis de gênero, o que não deveria ser feito.

Lendo o livro de Butler e outros trabalhos desta área, uma possível conclusão seria que toda esta teoria desconstrucionista pós-modernista não passaria de uma fachada para promover a ideia de que a homossexualidade seria tão natural quanto a heterossexualidade, já que *“natural”* seria uma ideia hegemônica criada pela classe dominante para oprimir as restantes. Peter Beckman e Francine D’Amico propõem a ideia de que as etiquetas *mulheres e homens* criam seres fictícios e perpetuam desigualdades:

“A concepção de gênero-como-poder permite-nos dar mais um passo: sugerir que nosso modo de pensar e falar sobre os humanos é baseado no poder. Os próprios termos ‘mulheres’ e ‘homens’ são um reflexo desse poder. Etiquetar os indivíduos como ‘mulheres’ (ou ‘homens’) é o exercício do poder, pois o rótulo cria para os seres humanos um conjunto de expectativas sobre o que eles são, o que não são, e que variedade de escolha está disponível para eles. O gênero-como-poder argumenta que as mulheres e os homens se fazem, não nascem. São criados por aquelas etiquetas. Etiquetas que abrem algumas portas e fecham outras. Etiquetar cria um ser fictício ... e perpetua desigualdades, porque quando os humanos carregam uma etiqueta, têm mais direitos e privilégios do que aqueles que carregam outra etiqueta”.

As feministas radicais e de gênero começaram pela análise marxista, mas se moveram em uma direção completamente diferente dos marxistas econômicos e políticos. Elas não estão trabalhando para uma revolução comunista, mas para uma revolução cultural. Querem derrubar a família, não o estado. Seus inimigos não são os capitalistas burgueses, mas os “puritanos”, os “fundamentalistas”, a “direita religiosa” e a “Santa Sé”. Promovem a vitimologia, a criação de novas classes de “oprimidos”. Declaram-se defensoras da justiça e da equidade, mas seu estilo de justiça e equidade somente se aplica aos “oprimidos”. Ademais, quando essas neo-marxistas alcançam posições de poder, raramente respeitam os direitos daquelas que discordam delas.

Numerosas vozes têm se levantado contra o espírito totalitário da esquerda neo-marxista politicamente correta. A compaixão não é o que motiva a esquerda, que esquece o sofrimento humano que suas gerações causaram. O que motiva a esquerda é a Ideia totalitária: a Ideia que é mais importante do que a própria realidade. O que motiva a esquerda é a Ideia do futuro no qual tudo estará mudado e tudo terá sido transcendido. O futuro no qual o presente já estaria aniquilado, e no qual a sua realidade não mais existiria.

A NÃO DEFINIÇÃO DE GÊNERO

Em abril de 1995, quando o Comitê Preliminar para Pequim terminou, o rascunho ainda estava fortemente chaveado e a palavra ‘gênero’ ainda não havia sido definida. Um grupo de contato foi agendado para se reunir no dia 15 de maio com a finalidade de discutir uma definição. O intervalo proporcionou ao Estabelecimento de Gênero o tempo necessário para poderem pressionar os países pobres pro-família para que não aceitassem a definição pro-família de gênero como referindo-se a dois sexos.

A Coalizão pelas Mulheres e pela Família tentou influenciar os delegados para o grupo de contato com volantes e informações sobre a agenda feminista radical, tal como no seguinte:

“GÊNERO: DEFINA-O OU NÃO O USE

A palavra 'gênero' tornou-se politizada. Se vier a ser usado no texto, precisa ser definida para que todos possam concordar com o que ela significa.

Algumas feministas radicais utilizam 'gênero' em oposição a 'sexo'. 'Sexo' significaria a realidade biológica do homem e da mulher. 'Gênero' significaria o condicionamento social e as práticas culturais associadas com a masculinidade e a feminilidade.

Aquelas que impõem essa definição fazem isso porque acreditam que todas as diferenças óbvias entre homens e mulheres não são naturais, mas provocadas pela 'socialização opressiva do gênero' e que as mulheres só serão livres quando não forem mais obrigadas por suas culturas a serem femininas.

Elas acreditam que, além disso, embora o 'sexo' seja fixo, as pessoas poderiam escolher o seu 'gênero'.

Esta definição é uma declaração de guerra contra a feminilidade e a natureza da mulher. A 'perspectiva de gênero' é essencialmente uma interpretação neo-marxista da história do mundo, dentro da qual a categoria de 'gênero', não mais a de classe ou raça, passa a ser vista como a categoria fundamental da repressão, porque o 'gênero' transcenderia todas as demais categorias.

Sob a "perspectiva de gênero" tudo passa a ser visto como parte da luta pelo poder entre homens e mulheres. A 'perspectiva de gênero', neste contexto, significa a 'revolução da classe sexual' das mulheres contra a dos homens.

Antes que as nações do mundo dêem o seu consentimento para uma Plataforma de Ação que inclua a palavra 'gênero', elas devem pedir uma clara definição do termo ou substituir o termo 'gênero' por uma linguagem não ambígua.

Coalizão pelas Mulheres e pela Família".

Os delegados pro-família, principalmente os das nações em desenvolvimento, queriam uma definição que incluísse referências aos dois sexos. Suas preocupações eram mais práticas do que filosóficas. Queriam assegurar-se de que não haveria nenhuma aceitação da homossexualidade escondida na definição. Os Estados Unidos, o Canadá e outros defensores da Agenda de Gênero queriam uma definição que se referisse aos papéis socialmente construídos.

Na primeira reunião, o debate imediatamente emperrou. Os delegados de Honduras, Guatemala, Benin, Malta e da Santa Sé expressaram suas preocupações com a definição de

'gênero' enquanto papéis socialmente construídos. Mercedes Wilson, a delegada da Guatemala, fez um apelo apaixonado por uma definição de 'gênero' que mencionasse especificamente dois sexos e não incluísse qualquer referência a "*papéis socialmente construídos, determinados ou atribuídos*". Ela sugeriu que as palavras '*sexo, masculino e feminino, homem e mulher*' poderiam substituir a palavra 'gênero', como havia sido feito na tradução francesa.

A presidente do grupo de contato, a Sra. Selma Ashipala da Namíbia, decidiu assumir ela mesma a tarefa de escrever uma definição, apresentada no encontro seguinte. Sua definição dizia o seguinte:

O Comitê Preliminar determinou que o Grupo de Contato buscasse um consenso sobre o significado de 'gênero', conforme é comumente entendido no contexto da Plataforma de Ação, para que pudesse ser relatado diretamente à Conferência de Pequim.

Tendo considerado a questão minuciosamente, o Grupo de Contato observou que:

1) a palavra gênero tem sido empregada e entendida em seu uso ordinário e geralmente aceito em numerosas instâncias e conferências da ONU;

2) não há sinal de que algum novo significado ou conotação do termo, diferente do uso prioritariamente aceito, esteja planejado no rascunho da Plataforma de Ação;

3) no contexto da Plataforma de Ação o significado comumente entendido da palavra gênero se refere aos papéis, socialmente construídos, desempenhados e esperados por homens e mulheres na sociedade.

Consequentemente, o Grupo de Contato concordou em reafirmar que a palavra gênero, tal como fora usada na Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, está destinada a ser interpretada e entendida como é em seu uso ordinário e geralmente aceito.

O Grupo de Contato concordou que este relatório seja lido pela presidente do Comitê, como declaração da presidência, e que a declaração faça parte do relatório final do Comitê.

O estranho nesta declaração é que ela não reflete os fatos. A declaração afirma que "*a palavra 'gênero' tem sido comumente empregada e entendida em seu uso normal, geralmente aceito em numerosas instâncias e conferências da ONU*". Procurando em vários dicionários, pode-se encontrar que a primeira definição de 'gênero', que é também a primária, se refere à gramática e descreve as palavras como pertencentes a '*gêneros*' masculino, feminino e neutro. A definição secundária é equivalente a '*sexo*', significando o masculino e o feminino. A definição de "*papéis socialmente construídos, passíveis de serem modificados*" não se encontra em qualquer dicionário de inglês ou de outra língua estrangeira. A definição de

gênero como *“papéis socialmente construídos que podem ser modificados”* não é o *“seu uso ordinário, geralmente aceito”*. O uso poderia ser geralmente aceito entre as feministas, mas elas dificilmente seriam ordinárias. Bella Abzug, em seu discurso aos delegados sobre o assunto, admitiu que *“o significado da palavra ‘gênero’ evoluiu”*.

A segunda afirmação, segundo a qual *“não há sinal de que algum novo significado ou conotação do termo, diferente do uso prioritariamente aceito, esteja planejado no rascunho da Plataforma de Ação”*, também não reflete os fatos. Uma diferença substancial existia entre o modo como *‘gênero’* foi usado no rascunho de Pequim e o seu uso em outras conferências. Não há nenhuma evidência de que esta mudança no significado de *‘gênero’* tenha sido discutida ou acordada entre os delegados da Assembléia Geral da ONU ou em qualquer uma das principais conferências da organização. O *Estabelecimento de Gênero* simplesmente o impôs, e estava claramente determinado a defender o que equivalia a um golpe.

A definição oferecida na terceira seção da afirmação, segundo a qual *“gênero se refere aos papéis socialmente construídos, desempenhados e esperados por homens e mulheres na sociedade”*, representou a total capitulação à ideologia feminista de *‘gênero’*. Alguns delegados pro-gênero tentaram argumentar que isso apenas se referiria a situações em que era negado emprego arbitrariamente às mulheres, como no caso, por exemplo, dos pilotos de avião. Essa argumentação está em contradição com o próprio texto da Plataforma, onde o uso da palavra *‘gênero’* aparece em quase todos os parágrafos. A insistência na necessidade da *“incorporação de uma perspectiva de gênero em todo programa”*, assim como as referências à *“análise de gênero”*, ao *“treinamento da sensibilidade de gênero”*, às *“questões de gênero”*, aos *“aspectos de gênero”*, etc., deixam claro que o que está em jogo é muito mais do que saber se as mulheres podem ou não trabalhar como pilotos de avião.

Os delegados do grupo de contato, diante das vigorosas objeções da Sra. Wilson, suprimiram a terceira seção, mas aceitaram o resto das afirmações. Assim, gênero é agora definido *“como tem sido comumente usado e entendido”*, mas nenhuma definição foi dada. Considerando que o grupo de contato foi formado porque não havia um entendimento comum, isto é, para dizer o mínimo, uma ingenuidade.

É verdade que os delegados pro-família não foram forçados a aceitar a definição que incluía *“papéis socialmente construídos”*. Por outro lado, as promotoras da perspectiva de gênero não foram forçadas a admitir que somente haveria dois sexos. A não-definição permitiu que a burocracia da ONU prosseguisse com o seu projeto de impor uma *“perspectiva de gênero”* ao mundo e de continuar a definir *‘gênero’* como *“papéis socialmente construídos”*. As promotoras da Agenda de Gênero consideraram a não-definição uma vitória, porque elas já haviam inserido o conceito de *“papéis de gênero socialmente construídos”* em dois outros parágrafos dentro do imenso documento de Pequim. O parágrafo 50 [48] se refere à *“rigidez dos papéis de gênero socialmente atribuídos”*. No parágrafo 28 [27] pode-se ler, em parte:

“As fronteiras da divisão de gênero no trabalho, entre os papéis produtivos e reprodutivos, estão sendo gradualmente cruzadas, à medida em que as mulheres começam a entrar formalmente nas áreas de trabalho dominadas por homens e os homens começam a aceitar maior responsabilidade nas tarefas domésticas, incluindo o cuidado com as crianças. Entretanto, as mudanças nos papéis das mulheres

têm sido maiores e muito mais rápidas do que as mudanças nos papéis dos homens. Em muitos países, as diferenças entre as realizações e as atividades de mulheres e de homens ainda não são reconhecidas como conseqüências de papéis de gênero socialmente construídos, em vez de diferenças biológicas imutáveis”.

Mais tarde, certo número de delegados afirmaram não conseguir entender como este parágrafo pôde ter sido aceito no Comitê Preliminar. Alguns acreditam que o tamanho e a complexidade do rascunho fizeram parte de uma estratégia cuidadosamente planejada. Com tantas seções controversas no rascunho, muitas das quais foram propositalmente redigidas para assim o serem, os promotores da Agenda de Gênero podiam estar relativamente confiantes de que a coalizão pro-família se concentraria nas seções de saúde sexual e reprodutiva, e seriam incapazes de montar uma oposição efetiva aos outros aspectos da Agenda de Gênero.

A última sentença do parágrafo 28 [27], afirmando que *“em muitos países, as diferenças entre as realizações e as atividades de mulheres e de homens ainda não são reconhecidas como conseqüências de papéis de gênero socialmente construídos, em vez de diferenças biológicas imutáveis”*, é o coração da Agenda de Gênero. É também comprovadamente falsa.

Muitas, embora nem todas, diferenças entre as realizações e as atividades de homens e de mulheres são causadas por diferenças biológicas imutáveis. Os homens correm mais rápido, são fisicamente mais fortes, são melhores em matemática superior e no xadrez, são mais agressivos, e não ficam grávidos, nem amamentam. Os delegados dos países do terceiro mundo consideraram a mera sugestão de que não haja diferenças entre homens e mulheres como um absurdo. A Agenda de Gênero começa com a premissa de que as diferenças entre homens e mulheres são construções sociais e então continua com a exigência de que a premissa seja *“incorporada”* a todos os programas e a todas as políticas. De acordo com a *“perspectiva de gênero”*, já que as diferenças entre as realizações e as atividades dos homens e das mulheres são artificiais, elas podem e devem ser eliminadas.

Ainda que os defensores da família tenham rejeitado a ideia de que todas as diferenças entre homens e mulheres sejam construções sociais, eles não abraçaram o ponto de vista oposto, isto é, o de que todas as diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres são causadas por diferenças biológicas imutáveis que, portanto, não poderiam ser modificadas. A maioria acreditava que muitos fatores, incluindo a biologia, a experiência de vida como homem ou mulher, a cultura, a tradição e as decisões livres da vontade, trabalham em conjunto para criar as diferenças entre homens e mulheres.

A sociedade, é certo, transmite certas expectativas às crianças, mas tais expectativas dificilmente são arbitrarias, nem podem ser arbitrariamente removidas ou substituídas por outras. As meninas se transformarão em mulheres que poderão engravidar. Os meninos se transformarão em homens que geralmente serão mais fortes. Encorajar que as meninas busquem a supremacia nas atividades que requeiram extrema força corporal, ou os meninos a engravidarem ou a cuidar de bebês, seria uma estupidez e, de fato, as sociedades nunca o fizeram. Associar o cuidado dos bebês com as mulheres está longe de ser considerado arbitrário, quando se sabe que o choro do recém-nascido causa a produção do leite materno.

A posição pro-família sustenta o que pode ser mais bem descrito como “*complementaridade integral*”, afirmando que homens e mulheres são inteiramente iguais em humanidade, dignidade e direitos, mas diferentes e complementares em natureza. A raça humana existe somente como masculino e feminino, e as diferenças entre os sexos dá à humanidade uma profundidade e uma visão que, de outro modo, lhe faltaria. A posição pro-família não é uma defesa rígida do passado, mas um esforço fundamentado para remover aquelas coisas que artificialmente limitam as mulheres, ao mesmo tempo em que protegem o direito das mulheres de serem diferentes.

Para as feministas de gênero, diferente é desigual, e desigual é injusto. Ignorando as diferenças dos sexos ou, pior, considerando-as como obstáculos, declaram guerra à natureza humana, tanto à natureza da mulher, como também à natureza do homem.